

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE REPRESSÕES DURANTE A DITADURA MILITAR EM PERNAMBUCO DE ACORDO COM RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA.

Mariana Cavalcanti Pequeno
Graduada em Serviço Social Pela UFPE.
Mestranda em História pelo PPGH/UNICAP.
Email: mariana.2021608184@unicap.br

Resumo:

A Ditadura Militar instaurada pelo golpe civil-empresarial-militar exerceu de forma escancarada a coerção e extermínio de vários militantes contrários ao golpe, principalmente após a promulgação do Ato Institucional n º5, o AI – 5, assinado em 13 de dezembro de 1968 no decorrer do governo do General Costa e Silva. Este período de maiores assassinatos e torturas deram-se a partir do chumbo aos opositores do regime, recorrendo a práticas como prisões arbitrárias, sequestro, operações de escuta telefônica, violência contra as mulheres, torturas, repressões e assassinatos. O Objetivo deste trabalho consiste em analisar os dados trazidos pelo relatório final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara referente as barbaridades e injustiças cometidas durante este período em Pernambuco, como forma de denuncia as violações aos direitos humanos.

Palavras chave: Ditadura Militar; Torturas; Comissão Estadual da Verdade Dom Helder Câmara.

Os anos que antecederam o triunfo do Golpe Civil Militar no Estado de Pernambuco, e no geral, no Brasil, sublinharam uma tendência de incitação a tomada do poder do Estado brasileiro por parte dos militares. O Estado Novo, instaurado em 1930, foi um dos maiores e importantes precursores do anticomunismo no Brasil. A influência do poderio político vindo dos militares ditava a regra do jogo político brasileiro. Neste contexto, surgia um forte teor anticomunista e de exaltação a valores e bandeiras que relegavam as bandeiras de valores democráticos, comunistas, estudantes, professores,

profissionais liberais, e etc. Deste modo, o "perigo vermelho" representa os preceitos antidemocráticos, a partir de um fundamentalismo de extrema direita que visava o autoritarismo como forma de coagir e intimidar os opositores a tais ideias. Para entender como funciona o anticomunismo como legitimidade ao golpe de estado encabeçado pelos militares, cabe entender os estudos do autor, Rodrigo Patto Sá Motta, indicando que

> "Em 1964 ocorreu uma nova mobilização contra o 'perigo vermelho', que se apropriou da tradição preexistente, e de modo semelhante aos anos de 1930, levou a implementação de uma ditadura. [..] tanto a ditadura do Estado Novo (1937) quanto a ditadura liderada pelos militares em 1964 utilizaram a ameaça comunista como justificativa e fonte de legitimação.
> [..] Esses sentimentos (e obsessões) anticomunistas fincaram raízes fundar em vários segmentos sociais, principalmente entre os militares e grupos religiosos, que foram esteios das campanhas contra as esquerdas.
> [..] No decorres da nossa história, a repressão anticomunista foi dirigida não apenas contra os comunistas propriamente, sempre minoritários, mas contra todos os movimentos progressistas." (MOTTA, 2021, p.20)

O início dos anos de Chumbo no Brasil marca a trajetória de perseguições como meio de controle social, sendo a prática de vigilância uma notória ação encabeçada pelas forças militares. Essa vigilância se dá por meio de uma comunidade de informações postas hierarquicamente, incorporando segmentos reacionários da sociedade ao aparato militar, que atuaram no confronto as forçar políticas e sociais que visavam combater e resistir ao regime militar. Assim, criam-se condições favoráveis para a ampliação de uma repressão política, social e cultural, como exemplo, a ampliação das estruturas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No estado de Pernambuco, considerado pelos Militares como terceiro foco comunista até então existente no Brasil, este departamento possui a função de reprimir toda e qualquer propagação ideológica de cunho de esquerda na ordem de todo o estado. Cabe salientar que esta Polícia Política estuda e acumula novos saberes nas áreas de vigilância e controle social que atuaram em conjunto com os órgãos de segurança de âmbito regional e nacional.

Nesta compacta rede de manipulações, as relações de força e de poder se estabelecem de forma aguda. Pernambuco estava como importante centro de ação de vigilância e repressão, com o interesse em aprisionar, torturar e controlar grupos ou pessoas influentes na cena social e política do estado como forma de garantir o pleno exercício de um poder coercitivo, arbitrário e violento. De acordo com a autora Marcília Gama (2007, p.231):

> O início dos anos de Chumbo no Brasil marca a trajetória de perseguições como meio de controle social, sendo a prática de vigilância uma notória

> ação encabeçada pelas forças militares. Essa vigilância se dá por meio de uma comunidade de informações postas hierarquicamente, incorporando segmentos reacionários da sociedade ao aparato militar, que atuaram no confronto as forçar políticas e sociais que visavam combater e resistir ao regime militar. Assim, criam-se condições favoráveis para a ampliação de uma repressão política, social e cultural, como exemplo, a ampliação das estruturas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No estado de Pernambuco, considerado pelos Militares como terceiro foco comunista até então existente no Brasil, este departamento possui a função de reprimir toda e qualquer propagação ideológica de cunho de esquerda na ordem de todo o estado. Cabe salientar que esta Polícia Política estuda e acumula novos saberes nas áreas de vigilância e controle social que atuaram em conjunto com os órgãos de segurança de âmbito regional e nacional.

Ao passo do surgimento deste nacionalismo de extrema direita, aglutinava-se os movimentos sociais progressistas que combatiam a desigualdades sociais e buscavam por democracia e justiça social no país. No debate político e público nos anos 1960, durante o Governo João Goulart, clamou-se por reformas de base que colocava como centro os anseios da classe trabalhadora e da melhoria de sua qualidade de vida, aliado a dignidade da pessoa humana como fundante para a harmonização da sociedade, dando engrenagem para um futuro próspero para o Brasil.

Em paralelo a isto, encontrava-se a Elite Brasileira, nesta época majoritariamente formada pelos grandes latifundiários ou empreiteiros das construções civis, que temia o avanço de causas progressistas e democráticas. Os movimentos sociais, ao pautar a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, encontrava entrave no capitalismo brasileiro, pois este último, tem como base fundamental a perpetuação das desigualdades, aumento da miséria e o foço social entre as classes.

A onda de progressismo e de avanços significativos de direitos básicos, a partir do momento em que foi incorporado pelo presidente João Goulart, travou a eminência do golpe encabeçado pelos militares e elite brasileira. Ao ser instaurado, estava posto um regime ditatorial com tendências fascistas e que era financiado pelo grande capital estrangeiro.

Ideologicamente, o movimento que surgia tinha base numa teoria de direita e fundamentalista e armamentista, tendo como principal alvo comunistas, movimentos sociais e profissionais liberais. As Forças Armadas cooptaram o pensamento de poder constitucional e realizou mudanças profundas que atingissem o interesse da propagação da Ditadura Militar. Com base na tortura e violência como combate aos que considerava como “opositores”

> No Brasil, os órgãos de segurança provinham da desordem do terrorismo, eram parte de um complexo subversivo, derivado da anarquia militar. A

> tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. Não há como entender os mecanismos de uma esquecendo-se a outra. De um lado a tortura dá eficácia a ordem ditatorial, mas de outro condiciona-a, impondo-lhe adversários e estreitando-lhe o campo de ação política. (GASPARI, 2002, p.27).

No contexto do estado de Pernambuco, a estrutura da repressão iniciou quando o governador do estado, Miguel Arraes de Alencar, deposto de seu cargo, como forma de repressão inicial da Ditadura Militar, promovendo apenas os interesses dos seus algozes. As prisões, torturas, assassinatos, sequestros, etc., significou a banalização dos direitos humanos para a instalação da violência repressora policial (estatal) e todas as formas de progressismo, tendo a violência fascista como principal arma dizimadora de todo pensamento que girasse entorno da democracia igualitária.

> "Usada como instrumento de investigação, a tortura transforma-se para a vítima num tormento maior que a própria pena. Ela extrai a confissão através da aplicação do sofrimento ao preso, mas não é a dor pura e simples que o leva a falar. É possível que um prisioneiro confesse ao receber descargas elétricas bem inferiores àquelas a que o general Masu se submeteu.[...]
> A tortura manobra a dor de forma diversa. O sofrimento começa ou para, aumenta ou diminui, pela exclusiva vontade do torturador. Ele tanto pode suspender uma sessão para dar a impressão de que teve pena do preso, como pode avisar que vai iniciar outra, sem motivo algum, para mostrar-lhe a extensão do seu poder. [...]
> O poder absoluto que o torturador tem de infligir sofrimento á sua vítima transforma-se em elemento de controle sobre seu corpo. (GASPARI, 2002, p.40).

Nesta lógica, o conceito de autoritarismo compreende a maneira de agir e pensar dos idealizadores e realizadores da censura ditatorial. A partir da violência policial como força motriz, atuando na manutenção da violência pelos diversos aparatos estatais e governamentais para sustentabilidade de tal ação. Esta violência estava ligada a um pensamento anticomunista e ao mesmo tempo, anti progressismo. Com a instauração da Doutrina de Segurança Nacional, seu conteúdo deu explícito sua base ideológica que busca transferir modelos biológicos para a sociedade. Nesta abordagem, qualquer segmento que não esteja imerso nesta lógica, deverá ser banido da sociedade.

> O que caracteriza o poder que estamos analisando é que traz à ação relações entre indivíduos (ou entre grupos). Para não nos deixar enganar; só podemos falar de estruturas ou de mecanismo de poder na medida em que supomos que certas pessoas exercem poder sobre outras. O termo 'poder' designa relacionamentos entre parceiros (e com isto não menciono um jogo de soma zero, mas simplesmente, e por ora me referindo em termos mais gerais, a um conjunto de ações que induzem a outras ações, seguindo-se umas às outras). (FOUCAULT, 1982, p.217).

A simples noção de repressão nos faz desconsiderar todo o mecanismo produtivo do poder. Este mecanismo que leva a reflexão sobre se o poder é simplesmente

reflexivo, qual o motivo para aceitação das pessoas. A eficácia do poder estar justamente no seu mecanismo de produção. Estes elementos nos localizam aquilo que se entende como verdade que não existe fora do poder. A verdade irá existir no entrecruzamento nos enunciados e as relações de poder irão definir o regime especifico e discursivo sobre tais, através de instituições e métodos que são validadas para falar a verdade.

A economia política da verdade na nossa sociedade, é enumero por Foucault que a verdade é baseada nas instituições que os produzem. Ou seja, está localizada em tudo aquilo que se constrói como parte da ciência. Acontece também, dentro do campo cientifico da psicologia e ciências sociais, por exemplo, um tipo de pesquisa que está localizado como aquilo que se chama de verdade. A verdade é tão dominante que as lutas ideológicas e os confrontos sociais são para se apropriar da forma específica da verdade, e não para se transformar a forma espenica da verdade. A verdade cientifica é hegemônica de tal maneira que tudo se passa como única maneira possível de se expressar a verdade. Para isso, Foucault traz uma ideia de que os seres sociais precisam pensar os problemas políticos não em termos de ciência e ideologia. E que seriam sim, termos de verdade e ilusão. E da verdade como prática de poder como um certo tipo de poder que se movimenta e faz com que algumas instituições e sujeitos possam falar a verdade.

> Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações (...) captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam (...)em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício. (FOUCAULT, 1979. p.182).

Dentro deste pensamento autoritário exposto, contém a percepção de que as Forças Armadas do país deveriam atuar irrestritamente no funcionamento harmônico do território brasileiro. Nesta “lógica”, qualquer divergência estaria dada como alerta de perigo, assim como um vírus que visa “destruir” o organismo, a partir disto, o poder coercitivo agiria para extinguir qualquer tipo de ameaça ao organismo social.

A militarização do Estado edificou os anseios da direita e da elite liberal brasileira. Neste golpe, a concepção totalitária partida do ponto do “risco para a manutenção do poderio militar” se concretizou na criação do Sistema Nacional de Informações (SNI). Como consequência desta forma e concepção totalitária, a Ditadura Militar utilizou de ferramenta arbitrárias com os mais brutais métodos de torturas, como por exemplo, o desaparecimento de corpos até hoje nunca encontrados.

> A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil, indiferente a idade, sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Não se tratava apenas de produzir, no corpo da vítima, uma dor que a fizesse entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar o discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significasse sua sentença condenatória. Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentavam sobre relações efetivas de parentesco. Assim crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARNS, 1987, p. 43).

A repressão no Estado de Pernambuco, também fazia parte de toda a estrutura montada pelo aparato militar. Por tanto, a relevância contida no Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (2017) consiste na exposição dos fatos e acontecimentos ocorridos durante o golpe militar brasileiro de 1964, trazendo à tona suas violações e consequências irreparáveis a sociedade pernambucana e aos direitos humanos. Os órgãos policiais adentravam o aparelhamento do Estado, formando tentáculos que se agarravam por toda a estrutura de poder. O discurso anticomunista e anti movimento social tentava obter apoio das camadas populares da sociedade através de propagandas de repressão contra ações populares, greves, protestos, dentre outros.

> [...]O que está em jogo no estado de exceção, é o direito sobre a vida e a morte do ser humano, usado particularmente como recurso último para eliminar a chamada subversão, a desordem. O Estado licencia a ação dos defensores da ordem, obriga a lei a tomar conta do corpo subversivo, aprisiona-lo, mitiga-lo e permitir sua eliminação. São os corpos de 'subversão', absolutamente expostos à morte, que formam o novo corpo político do regime militar. (SILVA, 2007, p. 201).

As práticas repressivas durante o período do golpe Militar, atingiram o estado de Pernambuco com vários casos de assassinatos, torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos de militantes. A conjuntura de tensão nacional, concomitantemente ao crescimento de mecanismos de reivindicação a ordem ditatorial estabelecida, deixou este último como alvo principal dos procedimentos de repressão adotados pelas Forças Armadas com o objetivo de extinguir qualquer manifestação em busca de direitos sociais e democráticos.

> Inúmeros foram os embates entre as forças de segurança do país e as forças de oposição, com a adoção de procedimentos que iam desde o emprego da suspeição e vigilância, que eram estratégias de 'reconhecimento do inimigo', até o seu esquadrilhamento (repressão). É sabido que durante o período em que o país esteve sob a tutela das Forças Armadas muitas medidas foram tomadas no intuito de coibir a disseminação e proliferação de ideias e ações que atentassem contra o regime. (SILVA, 2007, p.142);

A configuração constitucional após o golpe de 1 de abril de 1964, baseou-se na expropriação dos aparelhos institucionais vigentes. Em Pernambuco, o então governador, Miguel Arraes de Alencar, teve que ser exilado às pressas para um país do continente africano. Após isto, decretou oficialmente o início da Ditadura Militar. Em 10 de Abril de 1964, dias após o golpe, foi realizada a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, que continham elementos fascistas, fundamentalista cristão e anticomunista, gerando uma grande adesão da sociedade pernambucana, principalmente através das elites que financiavam a propagação de ideais antidemocráticos. Assim, criava-se um terreno propicio para a consolidação do regime autoritário fascista, tendo como a repressão e vigilância seu maior foco de atuação.

> Para não depender apenas da força para manter seu poder, as ditaduras investem em diferentes estratégias para atrair o apoio popular, o que obviamente envolve um grande esforço de propaganda. A ditadura brasileira não foi diferente, inclusive porque os militares davam grande importância ao que chamavam de ações psicológicas, que consistiam em estratégias para influenciar a opinião pública. A ditadura despendeu recursos elevados em publicidade e chegou a possuir órgãos especializados para moldar a opinião pública [...] Ademais, o regime militar criou o Ministério das Comunicações, órgão estratégico por controlar a concessão do direito de explorar estações de rádio e televisão, além de gerir a distribuição de verbas publicitárias para a imprensa, meios importantes para conquistar a boa vontade da mídia empresarial (MOTTA, 2021, p. 125)

Ao adotar um discurso de um Estado centralizado, o governo militar utilizava medidas descentralizadas como forma de atuação nos mecanismos repressivos. Na prática, a Ditadura Militar descentralizou vários órgãos, que mesmo seguindo a ideologia fascista, tinha em cada órgão responsável por tipos de vigilância, repressão, prisões, sequestros e assassinatos. A criação do DSI (Divisões de Segurança e Informação, criado em 13 de junho de 1964) atuava em colaboração com o DOPS-PE, porém, cada um tinha seu papel estratégico no aparato militar, tornando-se hegemônico.

A acirrada disputa de impor seus tentáculos ideológicos por toda a sociedade brasileira, a repressão em Pernambuco na Ditadura Militar constitui de um dos grandes massacres, pós escravidão, de vários brasileiros ou militantes sociais e comunistas.

Os aspectos das marcas de repressão em Pernambuco, contido no Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2017), deixa explícita o poder do Estado baseado num corporativismo militarista de extrema Direita, guiado pela ideia supremacista de eliminação de qualquer manifestação forjada pela classe trabalhadora e por militantes de movimentos sociais. O aparato desta máquina de

repressão utilizava os órgãos de inteligência (DSI) como forma de adentrar em espionagens com o intuito de catalogar pessoas a fim de produzir evidências para a realização de alguma prisão, tortura, assassinato, etc. Para a realização de tais práticas, o aparato militar necessitava de centros de apoios para a realização de seus anseios fascistas.

> Na seção de investigação trabalhavam agentes que deveriam seguir suspeitos, observar esconderijos e farejar pistas. Em princípio, não se meteriam em capturas e estouros de aparelhos. Baseava-se numa estrutura celular, formada por turmas de duas pessoas. Cada uma delas tinha direito a um automóvel, em geral um Volkswagen, equipado com rádio transmissor. O número de duplas variava segundo o tamanho do DOI, e num deles chegou a haver doze.
> As prisões e o trabalho pesado de rua cabiam á seção de busca e apreensão, dividida em três agrupamentos, formados por quatro turmas de três a cinco agentes cada uma. Moviam-se camionetes ou carros de quatro portas. Essa seção abrigava ainda quatro equipes de coleta de dados, cada uma com três pessoas: um oficial da Polícia Militar, um delegado e um motorista. Tinham por tarefa vigiar universidades, colégios e órgãos do governo. Era a maior das seções e em geral agrupava mais de cinquenta funcionários.
> Dentro do porão, estava a razão de sua existência: a seção de informações e análise. Esta tinha dois braços. Um, de análise, recebia informações, mantinha fichários, estudava interrogatórios e documentos. Cada organização perseguida transformava-se numa pasta onde se colecionavam dados históricos, arrolavam-se as ações por ela praticadas, e atualizavam-se as listas de nomes de militantes. (GASPARI, 2002, p.181).

Localizado no centro do Recife, na Rua da Aurora, o DOPS-PE mantinha seu arcabouço institucional que operava no controle e vigilância dos indivíduos considerados “perigosos” á sociedade. Além de centro das práticas repressivas, o ambiente do DOPS PE lecionava aos policiais e membros das forças armadas em serviços de espionagem, tabela de indivíduos organizados em movimentos de esquerda, esculta telefônica, indiciamento de provas, álbuns de fotografias para reconhecimento de militantes, dentre outros.

Com a promulgação do Ato Constitucional nº5 (AI-5), decretou-se o total estado de sírio com derramamento de sangue, através de vários assassinatos. Na época da Ditadura em Pernambuco, o interior do Estado serviu de manobra para a ocultação de provas de seus atos autoritários e assassinos, como também, na compra de ações e propagandas de interesse dos militares, a fim de adesão da população ao regime imposto. No mesmo caminho do cenário brasileiro, o interior do Estado era alvo de práticas de torturas e perseguições ao movimento camponês e ao católico ligado ao progressismo democrático de Dom Hélder Câmara.

A máquina repressora da Ditadura Militar contava com todo aparato jurídico para exercer sua função de repressão aos seus opositores. Parte essencial nesse processo de imposição e mapeamento. O aparato judicial dominado pelas Forças Armadas, agia conforme a influência do capitalismo estadunidense, na latente Guerra Fria, ancorando suas amarras em um terreno de injustiça, mortes, e violações de todos os tipos de direitos humanos. Neste período, o estado de Pernambuco vivenciou prisões arbitrárias forjadas num intuito de: sem ordem judicial, sem flagrante e sem culpa formada. O enredo vivenciado entre os militantes das mais variadas camadas políticas e sociais, estabelecia no medo uma constante em fazer oposição ao regime instaurado após o golpe militar.

Os meios de comunicação que serviram de base por muito tempo na sociedade pernambucana, principalmente rádios e jornais, impuseram uma massa de manobra criando condições favoráveis para propagar a ideia de estímulos a denúncia aqueles grupos ou pessoas que almejavam romper com o sistema instalado após a implementação da Ditadura Militar.

Ao analisar os dados contidos no Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (2017) há uma amostra de evidências através de depoimentos de expressos políticos e agentes do estado ditatorial repressor. Neste compilado de informações e dados cientificamente comprovados, mostra-se os mecanismos adotados pelas forças repressoras, para intimidar e incriminar vários militantes das causas progressistas e democráticas. Cabe destacar, a tática de produção de álbuns de fotografias para reconhecimento e detalhamentos das atividades dos militantes. Dentro deste contexto, existiam mais mecanismo de coerção. Como exemplo, a produção de provas para o indiciamento; escutas telefônicas; operações de monitoramento; e por último, o ápice da crueldade do fascismo de extrema direita: torturas das mais variadas formas (tanto no aspecto físico como no mental).

> É importante lembrar que as sequelas deixadas não se restringem apenas aos mortos e desaparecidos políticos, elas são incontestáveis, e encontram-se também na categoria dos mutilados da alma, aqueles em que a ação do ‘poder soberano’ deixou cicatrizes profundas, sobretudo na natureza psicológica, mais difíceis de curar. Elas pertencem ao domínio das marcas inesquecíveis e sombrias, na medida em que acompanham sua vítima de forma inexorável, como que lembrando permanentemente que o poder soberano atua, penetra, disciplina, molda e aprisiona copo e alma, produzindo efeitos, atingindo não só os presos políticos, mas especialmente seus familiares. Não é possível mensurar os danos causados pelo poder repressivo a extensa parcela da sociedade. (SILVA, 2007. p.223).

Neste contexto, casos de massacre a resistência Pernambucana, mostra-se como a repressão atuou de maneira escancarada sem nenhum pudor. No interior do Estado, o principal alvo foram as Ligas Camponesas e os movimentos socias rurais pelo direito a dignidade de moradia sem as amarras do grande latifúndio. Nas cidades que fazem parte da Região Metropolitana do Recife, o alvo continha as particularidades das contradições do autoritarismo militar. Eram pessoas de todos os mais variados tipos da ala democrática. Ia de profissionais liberais até as organizações da esquerda radical. Também neste emaranhado, estavam a ala progressista da Igreja Católica. Tendo Dom Helder Câmara como principal personagem do catolicismo em Pernambuco, foi brutalmente perseguido e também intimidado. Em 1969, um Padre Ligado as forças democráticas da Igreja Católica e amigo pessoal de Dom Hélder, foi brutalmente assassinado por agentes da Ditadura Militar e pelo grupo de extrema direita Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Os principais locais das práticas de tortura, ou seja, o arcabouço material para a efetivação dos anseios por práticas baseadas no terror, eram localizados na então Secretária de Segurança Pública do Estado que continha a Delegacia de Ordem Política Social (DOPS), localizado na Rua da Aurora. Outro ponto importante e estratégico, situava-se na sede do DOI-CODI, situado no Quartel General do IV Exército. E por fim, na base área do Recife. Vale salientar, que apesar dos canais oficiais, grande parte de outras variadas torturas aconteciam nas madrugadas das noites silenciosas, pois assim, torna-se fácil o ocultamento de provas e a falta de cidadãos andando pelas ruas.

No tramite para a produção de “provas justificáveis” para o indiciamento de seus opositores, o regime ditatorial militar passava por certas regras e ordem de construção de sua base autoritária: ocorriam as denúncias e o rastreamento de toda a rede ligada aquele individuo ou grupo político. A partir da comprovação dessas “investigações” passava a ser taxado como um militante comunista a ser extirpado da sociedade sem direito a comprovação de tal violação de direitos humanos. Com a ligação entre esses agentes de investigação e o aparato das Forças Armadas, o DOPS, DOI-COID e Marinha entravam em ações com recursos financeiros e matérias para a criação de uma logística para perseguição e apagamento da história de vários militantes. Por isso, muitos desses sujeitos optavam pela clandestinidade como forma de burlar e escapar da vigilância e repressão em seu dia a dia.

O horror relatado por agentes ditatórias nas sessões da Comissão Estadual da Memória e Verdade, através do Relatório Final da Comissão Estadual da Memória e

Verdade Dom Helder Câmara (2017) conclui que este capítulo da história brasileira, demonstra a perversidade de seres humanos contrários a ideais democráticos e de valorização da paz e da justiça social. Que a memória, a verdade e a justiça estejam sempre presentes para lembrar daqueles que se foram em nome de um brasil mais justo e igualitário.

Referências Bibliográficas:

ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1987.

COELHO, Fernando de Vasconcelos ... [et al.]. **Relatório final: volume II.** Organização Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. – Recife: CEPE, 2017.

Foucalut, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975/1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GASPARI, Hélio. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Marcília Gama da**. Informação, repressão e memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985).** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

PATTO, Rodrigo Mota Sá. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e Ditadura Militar.** Rio de Janeiro, Zahar, 2021.